

#### RESUMO

Nesse artigo analiso *A Grammatica da Lingoagem Portuguesa* escrita por Fernão de Oliveira no ano de 1536, considerando a escrita ensaística, um registro das formas e *nuances* da língua portuguesa. Assim, considero que *A Grammatica* pode ser lida como um documento histórico de rica importância para o estudo da sociedade portuguesa dos Quinhentos, uma vez que nela o autor conseguiu, com grande competência, cumprir o seu objetivo de fazer memória do povo português e de Portugal, através da língua, compreendida nas teias da tradição e da ruptura.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa*, linguagem, tradição, ruptura.

## A GRAMMATICA DA LINGOAGEM PORTUGUESA DE FERNÃO DE OLIVEIRA: MARCAS DE LINGUAGEM NAS TEIAS DA TRADIÇÃO E DA RUPTURA

Adriana Duarte Bonini Mariguela\*

#### ABSTRACT

In this article, I analyse *A Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, written by Fernão de Oliveira in 1536, considering the essayistic writing, a record of the forms and nuances of the Portuguese language. Hence, I believe *A Grammatica* can be read as a historical document of great importance for the study of the Portuguese society of the XV century, once the author has, with great competence, fulfilled his objective of creating a memory of the Portuguese people and of Portugal, through the language, regarded in a web of tradition and rupture.

**KEY WORDS:** Fernão de Oliveira, Grammar of the Portuguese Language, language, tradition, rupture.

---

\* Professora de Filosofia na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep), doutoranda na Faculdade de Educação da Unicamp.  
E-mail: adriana.mariguela@terra.com.br

O mundo ocidental presenciou, em Quinhentos, a produção das primeiras gramáticas das línguas vulgares: a “questão da língua” compareceu como questão de interesse e suas codificações ocorreram na Itália, na França, na Espanha e em Portugal. As teorizações e as práticas lingüísticas elaboradas nos centros da Europa,<sup>1</sup> principalmente na Itália, penetraram Portugal. A aventura lingüística traçada em Portugal de Quinhentos foi representada principalmente pela figura de quatro homens de letras, a saber, Fernão de Oliveira, João de Barros, Pêro de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes de Leão, que participaram ativamente do espaço cultural e produziram as primeiras gramáticas da língua portuguesa – *Gramática da linguagem portuguesa* (1536), *Gramática da língua portuguesa* (1540), *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa com um diálogo que se segue em defesa da mesma língua* (1574) e *Ortografia e origem da língua portuguesa* (1596-1606). Neste artigo, destacarei a anotação gramatical de 1536, de Fernão de Oliveira,<sup>2</sup> além de sua precedência, pelos registros que o autor fez em sua *Grammatica*, deixando transparecer as teias da tradição e da ruptura na linguagem e porque “no esplendor do Renascimento e da nova idade de ouro, Fernão de Oliveira jogou na diferença e marcou uma nova era na lingüística lusa, como de resto jogaram os nossos pilotos e marinheiros abrindo ao mundo novos céus e novas terras” (TORRES & ASSUNÇÃO, 2000, p. 10).

A tradição lingüística foi evocada na obra de 1536 quando Fernão de Oliveira registrou as formas e *nuances* da língua portuguesa, demonstrando os elos e as rupturas com outras línguas e com outros povos. Assim, com base nas diferenças lingüísticas e culturais, a identidade do povo e da língua portuguesa foi sendo registrada. Importante considerar que, em 1532, Fernão de Oliveira, encontrava-se na Espanha e, nesse período, teve acesso à obra de Nebrija, *Gramática sobre la lengua castelhana* de 1492, experimentando “o gosto pelo culto do idioma pátrio” (PASSOS, 1994, p. 32), o que possivelmente trouxe à baila seu desejo de sustentar a língua pátria, a língua materna, como identidade e sociabilidade de um povo. Sua escrita gramatical foi construída e tornou-se pública uma vez que o Império Português tinha como estratégia

1 De 1444 a 1587, várias obras de cunho lingüístico foram escritas em Roma, Veneza, Milão, Salamanca, Londres, Veneza, Paris, Basiléia, Lovaina, Alcalá, Pápie, Lyon, Coimbra, Lisboa. A obra de Telmo Verdelho (1995), oferece uma bibliografia sobre as gramáticas, comentários, introduções e compêndios desse período.

2 Fernão de Oliveira, também conhecido como Padre Fernando Oliveira, nasceu em Aveiro no ano 1507, filho de Heitor de Oliveira, juiz dos órfãos em Pedrogão. Foi contemporâneo de Damião de Góis (1502-1572), iniciou seus estudos no Convento Dominicano de Évora, em 1520, onde foi discípulo de André de Resende (1495-1573). Homem de letras e viagens assumiu o humanismo difundido pela Europa durante a Renascença: foi filólogo, clérigo, cronista, conhecedor de arte da construção naval, professor de retórica e mestre de filhos de alguns homens da Coroa.

política a construção de uma identidade nacional. Para tal empreitada de construção nacional, a língua ocupou lugar de identidade: através da língua, a identidade podia consolidar-se e, nesse sentido, fez-se necessário transpor para a escrita uma ordem gramatical que caracterizasse um povo, ou seja, o modo de organização português.

No ano de 1536, em Lisboa, aos 27 de janeiro, saiu dos prelos *A Grammatica da Lingoagem Portuguesa*. Na “pequena obra”, dividida em cinquenta capítulos,<sup>3</sup> tal como se lê na apresentação, ao iniciar seu preâmbulo e dirigir-se a D. Fernando de Almada (a quem dedicou o trabalho), o autor esclarece os objetivos da sua *Grammatica*:

a notação em algumas coisas do falar português na qual ou nas quais eu não presumo ensinar aos que mais sabem, mas notarei o seu bom costume para que outros muitos aprendam e saibam quanto prima é a natureza dos nossos homens porque ela por sua vontade busca e tem de seu a perfeição da arte que outras nações adquirem com muito trabalho e nestas coisas se acabará esta primeira anotação em dizer não tudo, mas apontar algumas partes necessárias da ortografia, acento, etimologia e analogia de nossa linguagem em comum e particularizado nada de cada dicção, porque isto ficará para outro tempo e obra. E, porém, agora primeiro diremos que coisa é linguagem e da nossa, como é principal entre muitas. (p. 38)

Ao estabelecer a *Gramática* como uma primeira anotação<sup>4</sup> da linguagem portuguesa, o autor demarcou o caráter de sua obra: apontamentos, registros e comentários sobre a linguagem portuguesa. A escrita gramatical de 1536 moldou-se como uma notação do modo de ser português: os capítulos foram sendo construídos e entrelaçados por reflexões de cunho lingüístico e cultural. “A obra é um conjunto de ensaios sobre a linguagem e a cultura portuguesa” (DOMINGOS, 2000, p. 16). A *Gramática* não é uma sistematização precisa e acabada, nem tão pouco uma formalização rígida de normas e regras do falar e do escrever português, mas um registro dos moldes de linguagem, de falares, de impressões e ações do povo português. O intuito de registrar o modo de vida de seu povo era, para Fernão de Oliveira,

3 Dos cinquenta capítulos, quase parágrafos, somente quatro foram nomeados pelo autor: o capítulo XIX (Das sílabas), o XXVIII (Do acento), o XXX (Das dicções) e o XI. (Da analogia); os demais foram numerados.

4 Considerando a ênfase que Fernão de Oliveira deu à questão da anotação, inclusive afirmando que sua obra é uma “primeira anotação”, pode-se verificar que o título de *Gramática* não foi instituído no sentido restrito do termo, ou seja, como correspondente de uma sistematização e ordenação. O título reflete a posição medieval de denominar gramática as obras que abordam aspectos e conteúdos sobre a língua. Américo Cortez Pinto (1948), Amadeu Torres e Carlos Assunção (2000) apresentam a hipótese da escolha do título *Gramática* ter sido feita pelo editor Germão Galharde para maior difusão e aceitação da obra.

a possibilidade de perpetuar a história e a cultura e também um modo de apontar as teias da linguagem no ato mesmo da continuidade e da ruptura.

No capítulo I, ao abordar a linguagem e suas vantagens, Fernão de Oliveira apresentou um preâmbulo, definindo-a como figura do entendimento e

assim é verdade que a boca diz quanto lhe manda o coração, e não outra coisa: antes não devia a Natureza criai outro mais disforme monstro do que são aqueles que falam o que não têm vontade, porque, se as obras são prova do homem, como diz a suma verdade, Jesus Cristo, nosso Deus, e as palavras são imagem das obras [...] cada um fala como quem é: os bons falam virtudes e os maliciosos, maldades; os religiosos pregam desprezos do mundo e os cavaleiros blasonam suas façanhas. (p. 38)

Dessa maneira, a linguagem era entendida como o meio pela qual os homens expressam a maneira que têm de entender o mundo, como a forma de entendimento doada por Deus. As obras se apresentavam, como confirmação de vontades e pensamentos: o homem se diz no que fala e esta, por sua vez, é delimitada pelos aspectos morais de uma vida religiosa. As palavras, escritas ou pronunciadas, referiam-se às imagens que se construíam das coisas: as coisas estavam aí e, portanto, “das coisas nascem às palavras”. E os homens foram brindados por Deus, com suas almas racionais, para poderem se comunicar e se relacionar, e, nesse sentido, a língua devia seguir as leis do corpo que apresenta diversidade de vozes.

Para o autor, a formação de vozes e a construção das línguas edificavam a identidade do povo: a fala faz elo entre homens, simboliza um povo, caracteriza uma nação, é um modo de entendimento. Através da fala e da sonoridade, as relações se consolidavam e o povo falante se identificava. O modo de falar aponta o que é próprio dos povos e das nações, e Fernão de Oliveira, imbuído de espírito nacionalista, fez referências por exemplo, aos caldeus e aos arábigos, como meio de aludir as vantagens do falar português:

Nós falamos com grande repouso, como homens assentados. E não somente em cada voz por si, mas também no ajuntamento, e no som da linguagem pode haver primor ou falta entre nós. Não somente nestas, mas em muitas outras coisas tem a nossa língua vantagem, por que ela é antiga, ensinada, próspera e bem conversada e também exercitada em bons tratos e ofícios. (p. 39)

A sonoridade do falar português e seus desdobramentos comparecem no enredo da obra e nesse capítulo. Para fazer considerações sobre a formação da língua, Fernão de Oliveira fez referência a nomes clássicos, tais como Diógenes Laércio, Sólon, Cícero e Quintiliano. Coseriu (2000, p. 31-32)

afirmou que o fato de Fernão de Oliveira ter citado os Antigos “não diminui a originalidade do seu pensamento: a originalidade, no Renascimento, também consiste em ‘quais’ idéias se adoptam dos Antigos, ou para ‘quais’ idéias se procura apoio nos Antigos” – as indicações dos Antigos não se restringem à simples imitação e, na *Gramática*, apontam-se as marcas humanistas presentes na concepção da obra. Os estudos das letras humanas através dos textos antigos permitem fazer um resgate do *humanus* e utilizá-lo em prol do objetivo de pensar a formação da língua e, nesse sentido, também sinalizam os traços da tradição, por aquilo que mantém e registra, e da ruptura, pela transformação e reelaboração.

Posteriormente à explanação sobre a maneira de falar dos portugueses, no capítulo II, seguem-se referências sobre a origem e formação do nome de Lisboa, apresentada de forma imaginativa: a nobreza da terra e da gente foi exaltada nas linhas que registraram o engrandecimento de Portugal por suas armas e letras, assim como pelo saber dos portugueses em conhecer, servir e louvar a Deus. As marcas de nobreza e saber da gente portuguesa aparecem também no capítulo III, que aborda a formação dos primeiros reinados e a virtude da terra portuguesa. Os lugares de portugueses, que ficaram em Portugal, foram rapidamente descritos a partir da existência de vencedores e vencidos, das marcas contínuas das guerras e das indicações sobre a questão da língua. Sua imposição e aceitação são postas como o marco da manutenção da vitória que se delineava pelo uso da língua, ou seja, os vencedores impunham sua língua aos vencidos.

Nesse sentido, no capítulo IV, Fernão de Oliveira fez um alerta sobre a relação de mando com a utilização da língua: o aprendizado da língua pode ser ferramenta de dominação. A partir dessa tese, o autor analisou a posição de Roma e Grécia que, segundo ele, “ainda vivem, porque quando senhoresaram o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas”. A tarefa de Portugal, sobretudo para a afirmação nacional, estava justamente em aprender e difundir sua própria língua, perpetuar a tradição. Para tanto, o gramático adverte que a língua é formada pelos homens e, portanto, não está pronta *a priori*, não sendo também uma entidade: é preciso “formar vozes e falar”.

Assim, a partir desse capítulo, Fernão de Oliveira passou a indicar a função abrangente da língua e a sua função social. A língua foi registrada como produto social e pela primeira vez, nas últimas linhas, o autor apresentou sua definição de gramática: “é a arte que ensina a bem ler e falar, saibamos quem primeiro a ensinou e onde e como, para que também agora a possamos usar na nossa antiga e nobre língua” (p. 43). Destaca a necessidade de se conhecer a origem e a construção de tal arte, que deve ter como proposta ser um exemplo para aprendizagem e estudo, em prol da língua materna.

O capítulo V, sobre a gênese da língua e da arte, inicia-se com referências a textos clássicos como os de Homero, Arquiloco, Xenofonte, Apolodoro, o estóico Crates de Malos, dentre outros, perpassando por um breve histórico sobre a Grécia e a Itália, no que tange às letras e escrituras. No tocante a Portugal, o autor citou o reinado de D.João, indicando os bons tempos de sua terra e o trabalho que deve ser primordial para toda a gente.

[...] avivemos nós com glória de nossos tempos porque já os preguiçosos não têm escusa nem se podem chamar remissos por falta de premio e, contudo apliquemos nosso trabalho a nossa língua e gente e ficará com maior eternidade a memória dele e não trabalharemos em língua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas, que a possamos ensinar a muitas e amados porque a semelhança é causa do amor e mais em as línguas. (p. 45)

Através da afirmação do autor, pode-se perceber que: (1) a memória é entendida como uma possibilidade de eternizar o trabalho, a vivência do povo português, logo de avivar o modo de ser português; (2) o trabalho da língua nacional é um meio de consolidar essa memória que já é interpretação, fixação e história. Não há uma recusa à língua estrangeira, mas sim um apreço por ela como conhecimento e como referência à língua nacional: as línguas devem estar em relação tal como os povos assim estão. Em suas palavras, “notemos o falar dos nossos homens e dae ajuntaremos preceitos para aprenderem os que vierem e também os ausentes” (p. 45). A utilização das línguas materna e estrangeira foi pensada, por Fernão de Oliveira, pelo viés da semelhança, “causa do amor”: é a partir do que nas línguas se assemelham que as diferenças aparecem e as identidades se formam. Nos moldes da língua, o que se assemelha se torna presente e, por isso, torna-se essencial entender e dar relevo à gênese da língua. Assim, ao contemplar a semelhança, Fernão de Oliveira insere-se no quadro de conhecimento da Renascença: conhecer é estabelecer semelhanças.

O fechamento desse capítulo aponta para a tríade constitutiva da gramática e da formação da língua, a saber, letras, sílabas e vozes, alertando para a relação e constituição de cada uma delas, em conformidade com a melodia própria da língua, da nação. É a partir desse momento da obra que o autor trata propriamente das questões da gramática (formas gramaticais, fonética, lexicologia, estudos etimológicos e sintaxe),<sup>5</sup> pois, desde a apresen-

5 No conjunto da obra, os capítulos dedicados à fonética e à ortografia contam 24, do VI ao XXIX; 13 capítulos, do XXX ao XLII, correspondem à lexicologia; 6 à morfologia, do XLII ao XLVIII, e somente um capítulo enfoca a sintaxe (o XLIX). O enfoque despendido à fonética e à ortografia, portanto ao modo de falar e de escrever, está associado à raiz oral de Fernão de Oliveira, aos resquícios medievais.

tação até esse capítulo, encontram-se alusões à língua feitas através de históricos e considerações histórico-culturais: há um modo de olhar o português que está em jogo, um enunciado do caminho que seguirá na sua obra.

O “português” aparece na *Gramática* em seu duplo sentido: como língua do povo de Portugal e como o homem nascido em Portugal. Terra, gente e língua são adjetivadas como português no decorrer da obra: a língua dos portugueses, as terras dos portugueses e as virtudes dos portugueses ganham dimensão, e o “português” desloca-se de mero adjetivo para consistência de substantivo, de nome próprio. Sua *Gramática* está a favor da língua e do espírito português, faz refletir sobre o predomínio da língua latina e castelhana e registra a mescla cultural que comparece através dos empréstimos e contatos de grupos, povos e nações, desvelando, enfim, as tradições e rupturas, costumes e cortes.

No capítulo VI, a letra, definida como figura de voz, está dividida em consoantes e vogais. A voz vogal é mais ativa e perfeita, e a consoante só encontra voz em relação à vogal. Fernão de Oliveira apresentou uma nomenclatura diferenciada para a concepção das letras: letras são sinais, “às figuras destas letras chamam os Gregos caracteres, e os Latinos, notas, e nós lhe podemos chamar sinais” (p. 46). Esses sinais correspondem não somente à grafia e às vozes, mas a um tempo e espaço próprios. Há uma diversidade de letras e vozes que recebem sentido em contato: contato com o outro, com a história, com a cultura, com a educação enfim, com um *modus vivendi* de um povo, havendo um fluxo de sinais: “nós diremos que de nós aos Latinos há aí muita diferença nas letras, porque também a temos nas vozes, e não é muito, pois somos bem apartados em tempos e terras, e não somente isto, mas uma mesma nação e gente de um tempo a outro muda as vozes e também as letras” (p. 46).

A pronúncia é a marca melódica da língua: conhecemos e reconhecemos a identidade de um ser falante pela melodia, pela sonoridade de seu falar. Muitas vezes, modificam-se as vozes que estão sempre em movimento, havendo necessidade de rever as letras. Esse princípio e essa alternância indicam os cuidados necessários – para que um homem se adapte a um outro lugar, a outra terra, não é preciso corromper sua própria língua e seus costumes. A preocupação com a preservação da língua e dos costumes sinaliza o apreço à terra e à nação portuguesa. Há algo a ser preservado que está para além da pronúncia e da letra, ou seja, o modo de vida, a história, o ser português. Para fazer essas considerações, Fernão de Oliveira utilizou o exemplo das pessoas que chegam a Toledo e “logo se não lembram de sua terra, a quem muito devem. E em vez de apurarem sua língua corrompem-na com empréstimos, nos quais não podem ser perfeitos” (p. 47).

Na continuidade de sua explanação, há uma tese ortográfica fortemente marcada. Pode-se afirmar que a grande preocupação de Fernão de Oliveira, tal como homem da Renascença, foi com a ortografia e sua problemática foi contemplada de maneira eficiente. No capítulo VII, o foco de análise está na melodia da língua portuguesa. O gesto, o som, a pronúncia e a articulação são mencionados com o intuito de indicar o som melódico do falar português.

Examinemos a melodia da nossa língua e essa guardemos, como fizeram outras gentes, e isto desde as mais pequenas partes, tomando todas as vozes e cada uma por si e vendo em elas quantos diversos movimentos faz a boca com também diversidade do som e em parte da boca se faz cada movimento, porque nisto se pode discutir mais distintamente o próprio de cada língua. (p. 47)

Da melodia portuguesa, Fernão de Oliveira chegou à divisão da língua e das letras, no capítulo VIII, sobre as vogais, abordando “o primeiro problema ortográfico e fonético de capital importância: o da abertura e fechamento dos vocálicos” (BUESCU, 1975, p. 131). Fazendo referência aos gregos e latinos, Fernão de Oliveira lembrou Plínio ao afirmar que “é pouco saber escoldrinar as coisas alheias não nos entendendo a nós mesmo” (p. 48).

O saber do povo sobre si mesmo é de fundamental importância para o conhecimento e para a utilização harmônica da língua. Fernão de Oliveira, nesse capítulo, fazendo alusões aos gregos e latinos apontou a necessidade de o povo português entender a formação da sua língua, para só depois examinar com propriedade as coisas das outras nações. O entendimento das coisas próprias e alheias estava associado ao costume e à natureza que manifestam e modificam a diversidade de vozes.

O mérito da obra de Fernão de Oliveira situa-se justamente em sua proposta de desprender os esquemas da gramática latina e delimitar o modo como eles funcionam em português. “E devemos dizer que consegue traçar em poucas páginas uma gramática portuguesa, em grande parte independente dos modelos latinos” (COSERIU, 2000, p. 50).

Dando continuidade a sua problemática, o capítulo IX enfoca o tema das semivogais (l, r, s, z) e das consoantes mudas (b, c, d, f, g, m, n, p, q, t, x), perpassando pelas dicções e sons. Interessante a definição das vogais mudas: “aquelas que não podem dar cabo às vozes [...] porque em si não têm voz alguma nem ofício ou lugar que lha dê” (p. 49-50). O aspecto do ofício e do lugar está presente nas formas, nas letras, no som e na gramática: cada componente deve estar assentado sobre sua formação e função. As marcas da sociedade quinhentista compõem a estruturação, no modo de pensar a formação das letras e das consoantes, ou seja, há uma hierarquia constitutiva na organização da língua, da gramática e da sociedade. Letras se transformam,

se adaptam e se apresentam imbuídas de sentido, em contato com o povo que fala. Para fazer sua explanação, nesse capítulo, Fernão de Oliveira afirmou que “costumam os gramáticos repartir as letras consoantes em mudas e semivogais em qualquer língua, e é esta a principal causa de sua repartição, que as semivogais podem estar no fim das vozes como as vogais” (p. 49). Um aspecto merece ser salientado: a indicação de gramáticos demonstra o conhecimento que Fernão de Oliveira tinha de obras gramaticais e de autores imbuídos de preocupação lingüística.

Há também, como apontado no capítulo X, letras acostumadas que “são justificadas porque as vozes da nossa linguagem o querem assim” (p. 51). O querer das vozes é explicado pela adaptação sonora e gráfica que decorre do uso da língua e, nesse sentido, letras que a princípio aparecem diferentes nem sempre são novas, mas acostumadas pela necessidade.

Há um uso já dado através do qual se incorporam determinada sonoridade e caracteres, e a linguagem e seus desdobramentos só podem ser compreendidos em relação à fala. A fala faz evolucionar a língua, produzindo-a e utilizando-a como instrumento de expressão dos indivíduos e da coletividade. A coletividade comparece, em vários momentos, como o meio pelo qual a língua e o povo se expressam, ou seja, tal como o *corpus* social, a língua tem um lugar social pautado num sistema de valores. Como é um sistema de valores e, portanto, de relações, a língua se consolida em ato, antes de encontrar-se em teoria. Foi com esse olhar, de ação e movimento, que o gramático construiu sua obra: tal como o registro do mar e das narrativas de viagens, Fernão de Oliveira fez um registro da língua e dos falares.

Após versar sobre as divisões das letras e de suas partes e sustentar a relevância da particularidade de cada letra e do gênero, Fernão de Oliveira, no capítulo XI, demonstra a necessidade de entender os pormenores, os particulares e as regras de pronúncia e de escrita – a letra, a voz, o tom, a forma e dão significados à língua. As figuras das letras são tomadas como instrumentos a partir das quais podem-se construir e utilizar regras de escrever. As semelhanças e as diferenças entre as letras devem ser observadas como de grande importância à medida que as figuras das letras são instrumento para a constituição da língua e da identidade. A partir das semelhanças se deslocam as diferenças: “o próprio de cada letra entendemos a particular pronúncia de cada uma; e o comum chamamos aquela parte da pronúncia e força em que se uma parece com a outra” (p. 52).

É preciso atribuir a devida importância à pronúncia e à sua figuração, pois é justamente pela melodia, pelo pronunciamento e sua imagem que há possibilidade de “saber ler” uma articulação de vozes. Utilizando-se dos ensinamentos de Quintiliano, Fernão de Oliveira afirmou:

[...] nisto consiste o saber ler, e mais que saber ler. E é verdade que, se não tivermos certa lei no pronunciar das letras, não pode haver certeza de preceitos nem arte na língua, e cada dia acharemos nela mudança, não somente no som da melodia, mas também nos significados das vozes, porque só mudar uma letra, um acento ou som, e mudar uma de vogal grande ou pequena ou de pequena a grande, e assim também de uma consoante dobrada em singela ou, ao contrário, de singela dobrada, faz ou desfaz muito no significado da língua. (p. 52)

Em referências constantes ao gramático Quintiliano, os capítulos XII e XIII abordam as características próprias das letras. Tais capítulos são centros articuladores da preocupação ortográfica de Fernão de Oliveira; a forma da letra, a figura, o nome e a pronúncia são tratados de forma detalhada, com rigor e minúcia. São tecidas linhas que vão dos gestos bucais às letras, descrevendo o contorno das letras num belo movimento figurativo. As pronúncias das vogais e consoantes são relatadas de maneira poética; a descrição das letras e de todas as vogais e consoantes acompanha o mesmo estilo de escrita. Em alguns argumentos, a pronúncia, a tonalidade e o movimento bucal são relacionados com o espírito. Há uma alusão à maneira grega de constituição do conceito e da pronúncia uma vez que a definição de “espírito” comparece nos compêndios de gramática grega, referindo-se a um nível de tonicidade, de intensidade da aspiração na pronúncia. Nas descrições de Fernão de Oliveira, “espírito” é utilizado na sua materialidade de sopro e não na sua conotação abstrata.

Através da boca, do sopro e da pronúncia, o som ganha mais ou menos entonação, mais ou menos ímpeto, mais ou menos espanto, e assim por diante. Não é só a letra, a sílaba, que é pronunciada, há um nós. Tal como o autor afirmou, em várias passagens de sua obra, há a “nossa letra”, “nossa língua” – o “nós” denomina e identifica o que é próprio do português, do coletivo. Pelo espírito, pelo sopro é possível identificar se a letra e a melodia são portuguesas (“nossas”).

O assunto da pronúncia percorre o capítulo seguinte, no comentário sobre as consoantes, quando se abordam os traços de identificação do povo com o seu tom, sua melodia. O que é próprio dos portugueses, de “nós, portugueses” e dos latinos, “deles”, é discernido nesse capítulo, em especial no trato da pronúncia da letra *h*:

Se é letra consoante, como alguns quiseram e o traz Diomedes gramático, há mister própria força e se atem ou não, ou se á boa a pronúncia que lhe dão alguns Latinos, eles o vejam. Nós, portugueses, não lhe damos mais que um pouco de espírito, o qual esforça mais as vogais com que se mistura. E dizem os Latinos que se pode misturar com todas as vogais. Mas, entre nós, eu não vejo alguma vogal aspirada senão nestas interjeições:

*uha e aha* e nestoutras de riso: *há-há, he*, ainda que não me parece este bom riso português, posto que o assim escreva Gil Vicente nos seus *Autos*. Também achamos poucas vogais com sinal de aspiração na escritura, e não na voz. E me parece que se não faz mais que só para mais certo conhecimento de quem são, como homem, o qual segue ainda a escritura latina, haver, outro tanto. Mas *hum e alghum, hi e ahi*, advérbios de lugar, honra, honrado, só de nosso costume os escrevemos, sem mais outra necessidade. (p. 57)<sup>6</sup>

Aqui se consolida a proposta de Fernão de Oliveira de pensar a língua para além dos modelos latinos, ou seja, de articular registros e propriedades dos moldes portugueses. A indicação sobre a escritura e a voz clarifica as situações de correlação: entre latinos e portugueses, assim como entre “nós” e “eles”. Ao tratar do costume e da necessidade da escrita, o autor sinalizou a possibilidade de encontrar na escritura *nuanças* distintas do sinal da voz. Essas distinções demonstram a presença da flexibilidade da língua, assim como das exceções; nem só de regras se estrutura a língua, há casos peculiares, exceções que comparecem no próprio movimento da oralidade, nas relações e na sociedade.

Sendo a *Gramática* mais do que uma teoria e um modelo, um registro dos modos de escrita e fala do povo português, a utilização do “nós e nosso” expressa a concepção e a vivência do português. O “nosso” demonstra, ao mesmo tempo, a forma coletiva de organização da sociedade em Quinhentos e a formação do povo como identidade. Portugal e os portugueses pretendem consolidar-se como nação: há um projeto político de unificação de costumes, gentes, crenças e terras. A inscrição do português apresenta-se no “nosso a b c”, assunto do final do capítulo, com trinta e três letras, sendo elas vogais e consoantes. Segundo Fernão de Oliveira, as letras do “a b c” são de identidade portuguesa: “são todas nossas e necessárias para nossa língua” (p. 57).

Em mais de uma passagem, além de apresentar as comparações entre letras, escritas e sons em português e em latim, Fernão de Oliveira deixou nas entrelinhas a forma da sua *Gramática*, um registro com toques de meditação. Ao dizer “assim escreveria, se me atrevesse”, o autor escreve tal como quem pensa em voz alta, fazendo uma reflexão sobre como são (registros) e como poderiam ser (meditações) as formas, os sinais e a melodia da língua materna. De maneira sutil, o gramático deixou claro que sua

6 Assim como a referência aos clássicos, Fernão de Oliveira utilizou também referências de contemporâneos como Gil Vicente, João de Barros e Nebrija. No capítulo XIV, o autor faz alusão aos *Autos* de Gil Vicente. Em nota da edição de 1975 da *Gramática da Linguagem Portuguesa*, Maria Leonor Carvalho Buescu citou o escrito de Gil Vicente intitulado *Auto da Índia*, em que há um diálogo entre a Moça e a Ama, apontando grafia do riso: Ah! ah! ah! ah! ah! ah! O ano de 1536, da publicação da *Gramática*, foi também o ano do último *Auto* de Gil Vicente, *Floresta dos enganos*.

apresentação e sua anotação não correspondem ao que ele gostaria que fosse ou como as coisas e letras soavam a ele, mas como elas circulavam e estavam presentes, no início do século XVI, entre os portugueses. Mais uma vez, uma demonstração de que sua obra tem como principal mote fazer a memória do povo português através de sua língua.

No trato das identidades nacionais, no capítulo XVI, Fernão de Oliveira estendeu-se sobre as letras aspiradas, dando relevo a algumas nações, tais como a grega e a latina, nos usos do til. Ao tratar do til como símbolo de algumas letras, consoantes aspiradas, expressa, diante da utilização e convenção do til, as vantagens da língua portuguesa, logo a vantagem de ser português: “Isto digo, porque tampouco têm os Latinos vozes aspiradas, como nós, e os Gregos poucas mais, porque as gentes da Europa falam todas com os beiços, dentes e ponta da língua, com a qual, pondo-a em diversas partes da boca, formam diversas letras” (p. 61).

As vantagens da língua refletem mais do que condições de espírito, de sopro e de som, o privilégio de ser português, afinal, um povo aventureiro, desbravador e escolhido por Deus para ser também privilegiado na língua e no costume. A própria escrita é enriquecida pelo costume, tal como afirma no capítulo XVII. O costume, palavra recorrente na argüição de Fernão de Oliveira, em sua etimologia latina significa hábito e uso, donde se pode referir à prática freqüente, regular. Mapeando o percurso do autor, é possível notar que esses significados se confirmam, mas estão enlaçados a um outro modo de olhar: o costume é a maneira de agir e de pensar característico de um povo e de uma nação. Através do costume elaboram-se e transformam-se a língua, as experiências, as identidades e diversidades – “e não somente a ortografia é diversa em diversas línguas, mas também em uma mesma língua se muda com o costume. E, porém, o costume vale muito, sem o qual a escritura, porventura, ficaria duvidosa” (p. 63-65). A linguagem e o costume se entrelaçam de tal maneira que não é possível determinar quem ocupa o lugar central; o costume dá autenticidade à língua, que, ao ser utilizada, por sua vez, inova os costumes. A diversidade lingüística não é percebida somente entre línguas distintas, mas há numa mesma língua diferenças de tons e formas; dependendo do hábito e da necessidade, a língua vai se ajustando ao costume.

Continuando a discussão sobre o acolhimento e a formação da língua, no capítulo XVIII, Fernão de Oliveira discorreu sobre a semelhança e a proximidade de algumas vozes e, após enunciar e desenvolver as noções de características e funções que cada letra possui, apontou para a comunicação e a relação entre elas. As questões de semelhança e vizinhança de vogais e consoantes foram expostas, assim como as mudanças que podem ocorrer entre elas: “também em se mudar umas em outras, têm as letras comunicação

e guardam a razão de seu parentesco ou vizinhança, como *todo u dia* por *todo o dia*. E isto assim entre as vogais como entre as consoantes” (p. 64).

Ao ocupar-se da comunicação das letras, o autor voltou a tratar das diferenças existentes numa mesma língua: “e não somente a ortografia é diversa em diversas línguas, mas também em uma mesma língua se muda com o costume” (p. 65). Reafirma que os hábitos e as vivências dos homens e da sociedade não são estáticos. Além das transformações e dos movimentos da sociedade e da língua, o autor indicou a diversidade ortográfica de seu tempo: durante séculos, não houve um padrão, um modelo fixo de regras de escrever.

Da formação das letras, Fernão de Oliveira passou às sílabas, no capítulo XIX. Continuando o modo de exposição dos enunciados, da maneira como é corrente em sua gramática, antes de adentrar na exposição sobre as sílabas propriamente ditas, apresentou a definição do conceito. O sentido grego é novamente evocado: “sílabas, dizem os gramáticos, é vocábulo grego e quer dizer ajuntamento de letras” (p. 65). Segundo o autor, os gramáticos fazem uso da etimologia grega para definir o conceito de sílaba e é justamente essa identificação do vocábulo que ele retomou: “nós, deixada a interpretação do vocábulo, seja cujo for, podemos dizer que sílaba é uma só voz, formada com letra ou letras [...]” (p. 65).

Para explicar e definir as sílabas, para os portugueses, novamente a utilização do “nós” compareceu, tal como ilustrado na afirmação anterior. A escrita gramatical dialoga o tempo todo com o leitor, incluindo-o nas reflexões e apresentações; a escrita não se dá no singular, afinal o português quinhentista ainda não se entende como um singular e seu modo de entendimento pode ser referendado na utilização do uso do plural, do “nós”, do “nosso”. A coletividade constitui a língua portuguesa, o som português, o espírito português e, por fim, o modo de viver português. O português, o “nosso”, adjetiva a ação, a escrita, a nação; é um qualitativo de identidade que se estabelece nas diferenças e semelhanças necessárias para moldar uma nação e construir referências – pelo que se assemelha, uma nação se compõe como tal distinguindo-se de outras nações e fazendo emergir a tradição da ruptura.

Ao definir a sílaba entre os portugueses, o gramático discorreu sobre os ditongos, as particularidades da harmonia, bem como sobre a experiência e propriedade das sílabas portuguesas:

*Ditongo* dizem ser dicção grega e quer dizer ou significa e diz “dobrado do som”. Haveis de entender em uma voz com um só espírito: *ou* é sílaba, na qual são duas vogais, porque isto queremos entender da sílaba, que sejam em ela todas as letras que tiver unidas com um só espírito. E destes temos muitos na nossa língua, mais, cuido eu, que em qualquer outra pode haver, ao menos das que eu conheço. E esta é uma das particularidades da nossa harmonia. (p. 65-66)

Suas reflexões foram assentadas nos exemplos e comparações em relação aos latinos, castelhanos e gregos. As semelhanças comparam, e o tom da língua foi apresentado como condição melódica que personifica a língua, fazendo com que se reconheça um povo por sua sonoridade apresentada como harmônica.

A questão da semelhança perpassa a escrita gramatical, referendando o modo de conhecimento e articulação presentes no século XVI, no qual a *episteme* se dá pela semelhança. Em Quinhentos, as novidades, as elaborações e os conhecimentos são dizeres sobre o já dito, desdobramento que através da escrita se inclui ao mundo e, como num jogo, “a linguagem do século XVI – entendida não como um episódio na história da língua, mas como uma experiência cultural global – foi sem dúvida tomada nesse jogo, neste interstício entre o Texto primeiro e o infinito da Interpretação” (FOUCAULT, 1992, p. 57).

Há desdobramentos de vivências e discursos que revestem a linguagem e o mundo. Dentre outras expressões, o homem se constitui pela linguagem e pelos discursos; para alguém das normas lingüísticas, encontra abrigo nas relações de saber-poder. O enlaçamento da linguagem com o mundo requer que a escrita ocupe, no Ocidente, lugar fundamental.

Assim, contemplando as experiências de seu tempo, Fernão de Oliveira soube resgatar, em sua primeira obra, o entendimento sobre a linguagem como uma experiência cultural para além de normas e regras. Talvez nisso consista o fato de a *Gramática* não ser um esquema normativo e de seu objetivo centrar-se no registro de costumes e não na imposição de regras.

No capítulo XX, ao abordar as letras finais das sílabas, Fernão de Oliveira apontou para as condições da língua demarcadas pelo espaço, pela situação geográfica do povo, pelas vozes, pelo movimento bucal e por privilégios:

as nossas vozes acabam sempre em voz perfeita e desimpedida, o que não consentem as letras mudas, mas, ao contrário, atam a boca e cortam as dicções, que é próprio de mudos e grosseiros, como vemos quase nas gentes de terras frias, os quais Diudo virgiliana, respondendo a Ilioneu, quer entender que pela pouca participação do sol são menos perfeitas, e assim vemos que os latinos, poucas vezes, e aos Gregos, mais poucas ou nunca, fazem o fim de suas dicções em letra muda. Seja, logo, esta uma condição de nossa língua e não de pouco primor, que os vocábulos nem sílabas deles, entre nós, nunca acabem em letra alguma das que por essa e não outra razão chamamos mudas. (p. 67)

Após tratar das letras mudas, no capítulo XXI, o autor abordou a temática da ordenação das letras nas sílabas, destacando as letras e junções,

para articular as notações sobre o início das sílabas, no capítulo XXII, e sobre o elo entre as vogais, no capítulo XIII, salientando que “a nossa língua é mui comprida no pronunciar das letras e sílabas” (p. 69) e ressaltando novamente o que é próprio do português.

O capítulo XXIV, sobre as dicções trazidas de outras línguas, é de grande importância, pois aponta para o cenário de contatos e encontros entre povos. Nele é possível observar os empréstimos, os aperfeiçoamentos e as utilizações dos sons, da pronúncia, das letras e da língua. Há um elo entre povos e língua e uma transposição da dicção para a escrita, no mínimo interessante para pensar a elaboração gráfica de uma língua:

As dicções que trazemos de outras línguas escrevê-las-emos com as nossas letras que nelas soam, como ditongo, filósofo e gramática, porque tudo o mais é impedimento aos que não sabem essas línguas donde elas vieram, senão quando ainda forem tão novas entre nós que seja necessário pronunciar-las com a melodia de seu nascimento; mas nós trabalhemos quanto pudermos de as amansar e conformar com a nossa [...] (p. 70)

Com um toque de humor, Fernão de Oliveira trabalhou não apenas as dicções de outras línguas como indicou a domesticação e o exercício do poder presente entre os povos e refletidos na língua. “Amansar” e “conformar” são tomados como instrumento e necessidade – é preciso tornar o outro dócil para configurar a língua e identificá-la com o povo.

As semelhanças e diferenças entre latinos e portugueses aparecem no capítulo seguinte, abordando as dicções e as vogais, e as particularidades da língua portuguesa e exemplificando as mudanças de consoantes. No capítulo XXVI, sobre a mudança de algumas consoantes, o gramático fez novamente uso dos conceitos de necessidade e costume, primeiramente afirmando que alguma mudança “se faz de necessidades em que nós o costume pôs” (p. 71), para reafirmar que os costumes são próprios e particulares à língua.

Fernão de Oliveira demonstrou que a composição e os cortes das sílabas, por muitas vezes, são necessários para responder aos costumes da língua, ou seja, às vezes faz-se necessário mudar sílabas para obter melhor melodia, salientando que há mudanças que ocorrem no campo das representações – mudam-se representações gráficas, mas mantêm-se os significados:

Também somos amigos de cortar as vozes onde se escrevem *l* ou *r*, quando depois destas letras se havia de escrever vogal, como *silba* por *sílaba* e *fizerdes* por *fizeredes*. E nos verbos, nas derradeiras sílabas das segundas pessoas do plural que acabavam em *des*, agora mudamos o *des* em *is* e ajun-

tamo-lo em ditongo com a vogal que ficava antes, como *fazeis* por *fazedes* e *amais* por *amades*. [...] Todos estes são costumes próprios, assim como outros já dissemos e particulares da nossa língua (p. 72)

Segundo o argumento do autor, no capítulo XXVII, acerca da quantidade das sílabas e das vogais, o conhecimento das sílabas da língua portuguesa é de fácil percepção devido à boa distinção de voz e clareza melódica. “A quantidade das sílabas da nossa língua é mui fácil de conhecer, porque as vogais em si dão certa voz distinta as grandes das pequenas, e as pequenas das grandes” (p. 72). As alterações rítmicas e as funções das vogais são demarcadas por suas vizinhanças que acrescentam ou diminuem as vozes, têm mais ou menos presença, gastam mais ou menos tempo.

Nesse detalhe, Fernão de Oliveira comparou o lugar das vogais portuguesas, latinas e gregas: os latinos julgavam a quantidade de todas as suas sílabas pelas consoantes, enquanto os gregos e portugueses a julgavam pelas vogais, pois, para gregos e portugueses, as vogais têm diferenças e entre os latinos essa diferença não está presente. Assim como o soar da letra tem dependência com sua vizinhança e função, o costume tem relação com o consentimento; se o costume desenha determinadas pronúncias, não há porque recusá-las:

Estes nomes, eu não os pronunciaria nesta forma, *cidadeo*, *capitoe*, *viloe*, *rascoe* e *aldeoe*, mas pronunciá-los-ia assim: *aldeã*, *vilã* e *cidadeã*. Verdade é que *rascã* nem *capitã* não são muito usados, e contudo *zamboe* e *padoe* e quaisquer que o costume consentir, não vejo outra razão para os escusar, senão a que dei de *correie* e *lampreie*. (p. 75)

Esse capítulo encerra-se com a definição das sílabas e de seus nomes, sinalizando para o tema do próximo capítulo, o acento. Para tratar do acento das dicções e suas normas, o capítulo XXVIII alerta que o acento tem correspondência direta com as dicções e não com a linguagem. Em suas palavras, “*acento* quer dizer principal voz ou tom da dicção, o qual acaba de dar sua forma e melodia às dicções de qualquer língua, digo às dicções somente, porque a linguagem ainda no ajuntamento das dicções e no estilo e modo de proceder tem suas particularidades ou propriedades [...]” (p. 76).

O acento é concebido como forma das dicções e, segundo o gramático, é necessário que haja apenas um acento em uma dicção. Essa particularidade do acento-dicção da língua portuguesa marca um diferencial em relação às línguas grega e latina, pois os gregos “deram em uma dicção dois acentos e, ao contrário, as duas dicções um acento” (p. 76), e os latinos bem os seguiram, misturando as dicções chamadas enclíticas com a dicção precedente, ligando-as, na pronúncia, por um acento. Já os portugueses consentem a pronúncia

melódica do acento em situações precisas, referendadas na norma própria de sua língua:

[...] é verdade na nossa língua que não há dois acentos, senão onde há duas dicções e não compostas ou juntas em uma. Os lugares desse acento de que falamos são, entre nós, a última sílaba ou penúltima ou antepenúltima. Daqui para trás, o nosso espírito nem orelhas não consentem haver acento e a nação ou gente que outra coisa pode sentir e consentir não se conforma conosco, nem a música do nosso ouvido e do seu é uma e conforme. (p. 77)

Após sinalizar a melodia e o uso próprio do acento português, há o trato das regras e das exceções, pontuando regras do acento para grupos específicos, como verbos e nomes, bem como para as dicções terminadas em til e em ditongo. Regras próprias e exceções precisas direcionam um olhar sobre o jeito próprio de ser e fazer da língua materna: trata-se de caracteres da língua de homens de terras portuguesas. É tão própria e tão comum a acentuação e a pronúncia portuguesas que, por costume, se tende a adaptar as outras línguas à voz e ao ouvido português. O gramático deixou evidente que seu trabalho, sua *Gramática*, tem por finalidade elucidar e ensinar as normas da língua para o seu povo, assim interessa-lhe ensinar homens de sua terra: “É tão próprio a nós darmos o acento na última, que muitas vezes corrompemos a melodia das línguas estrangeiras que aprendemos, querendo-as conformar com a nossa. E se assim o fazem também outras gentes, eles o vejam: eu falo com os homens da minha terra” (p. 79).

Têm-se, então, confrontos e adaptações melódicas que permeiam a relação entre as línguas estrangeira e nacional, explicitando um apreço à língua nacional. A língua materna deve ser mantida e preservada perante outras terras e gentes e, através da voz e da oralidade, o homem deve explicitar a que nação pertence.

Após dispor dos acentos das dicções, no capítulo XXIX, o gramático destacou a importância de trabalhar as próprias dicções, considerando três aspectos essenciais, a saber: (1) de etimologia, ou seja, da sua origem e seus fundamentos; (2) de analogia que, segundo os gregos, significa proporção ou semelhança; e (3) da relação entre as partes da oração. Inicia, assim, seu capítulo XXX – “Das dicções” – explicitando a concepção de dicção com a qual elabora suas regras e normas:

*Dicção, vocábulo ou palavra*, tudo quer dizer uma coisa. E podemos assim dar definição: *palavra* é voz que significa coisa ou acto ou modo: coisa, como artigo e nome; *acto*, como verbo; *modo*, como qualquer outra parte da oração, as quais, como significam e que coisas, actos ou modos são

estes que significam, di-lo-emos em outra parte onde falaremos das partes da oração. (p. 81-82)

Como se lê, Fernão de Oliveira não só definiu dicção-vocábulo-palavra como voz, coisa e modo, mas também esmiuçou os conceitos, fazendo relação entre os significados e a língua. O objetivo desse capítulo é trabalhar as palavras como vozes e, portanto, abordar “as condições das vozes e escritura dessas palavras” (p. 82). Retoma-se a concepção de palavras como ajuntamento de sílabas, bem como de sílabas como ajuntamento de letras. Referente ao primeiro aspecto, da etimologia, o autor dividiu as dicções que julgou de interesse para o trato etimológico como “nossas próprias”, objeto do capítulo XXXI, “alheias”, tema do capítulo XXXII, e “comuns”, explicitada no capítulo XXIII.

As dicções denominadas como “nossas” são, como parece óbvio, aquelas que fazem parte do universo português e que, por exigência gramatical, devem ser estudadas. É digno de consideração que as “nossas dicções” são, segundo o autor, “aquelas que nasceram entre nós ou são já tão antigas, que não sabemos se vieram de fora” (82-83) e, portanto, dicções que ou são originárias entre os portugueses ou incorporadas a eles de tal maneira que se tornam parte integrante do português.

Ao colocar a possibilidade de origens diversas para alguns vocábulos portugueses, marca-se a presença de línguas estrangeiras na formação da língua portuguesa. Essa presença é tida por Fernão de Oliveira como uma referência modificada, ou seja, há expressões e termos antigos que atravessam a história e os contatos dos povos, sendo adaptadas por um povo – no caso, o português –, criando uma identidade. Uma vez, tomados os vocábulos, “havemos de tratar e pronunciar e conformar ao som da nossa melodia e ao sentido das nossas orelhas” (p. 84).

Ao afirmar a existência dos empréstimos entre povos e línguas, o gramático afirmou que não só os portugueses utilizam-se de vocábulos emprestados como também emprestam seus vocábulos. Há uma relação ativa entre vozes e não uma dívida: “eu não quero ter baixo espírito e cuidar que devo tudo” (p. 84).

A Europa, no século XVI, encontrava-se no centro do mundo, razão pela qual as identidades foram se constituindo no embate das diversidades. As descobertas de terras, os encontros entre povos, os costumes e a cultura interagem na formação da nação e da língua. O que é da língua do outro torna-se intrínseco à própria língua portuguesa, a ponto de se fazer difícil escavar a origem primeira do vocábulo, pois os portugueses utilizam-se de raízes latinas, e os latinos apropriam-se de raízes gregas, fazendo seu próprio ajuntamento de letras e sílabas. Além desse circuito de vocábulos, a

dificuldade de escavar a etimologia está no fato de ser necessário ler, estudar e observar as *nuances* vocálicas, como também considerar cada tempo e terra em relação à história de suas dicções.

Fernão de Oliveira questionou o que é próprio do luso, explicitando referências a povos anteriores: “Perguntarei: então, que nos fica a nós? Ou se temos de nosso alguma coisa? E os nossos homens, pois são mais antigos que os Latinos, porque também não ensinariam? Porque seriam em tudo e sempre ensinados?” (p. 84). As questões levantadas ultrapassam o tema da língua, fazendo eco na experiência e na história do homem português, logo a questão nacional foi colocada através de uma inquietação lingüística. Questionar sobre o que fica aos portugueses e o que estes têm de peculiar excede o campo da linguagem para um contexto nacional, fazendo aflorar as vicissitudes da relação com o outro, sua permanência e dilaceramentos.

As dicções alheias “são aquelas que doutras línguas trazemos à nossa por alguma necessidade de costume, trato, arte ou coisa novamente trazida a terra” (p. 85). Os empréstimos, o alheio, são justificados pelos costumes que se modificam assim como os vocábulos: “o costume novo traz à terra novos vocábulos” (p. 85). O novo é visto como a possibilidade de inserção das diferenças. Nesse sentido, o novo chega a um povo através de contatos, e, ao impacto da novidade, o português incorpora vocábulos, cria sons e empenha-se na construção de uma língua que caracterize sua terra como nação. Aqui, é necessário destacar a expansão marítima como marca de um comportamento novo: a expansão traz novas possibilidades e novos horizontes ao modo do português se pensar. “Nenhum povo foi jamais tão longe através dos mares, como o lusitano, cujas naus percorriam os oceanos em todos os sentidos e cuja bandeira tremulava em todas as cinco partes do mundo, porque em todas elas Portugal possuía colônias” (COUTINHO, 1976, p. 58).

Diante da expansão territorial e lingüística, da elaboração do império, algumas dicções alheias tornaram-se pouco a pouco comuns. Ao tratar das dicções alheias, Fernão de Oliveira demonstrou que é necessário referir ao gênero e especular se os nascimentos dos gêneros são portugueses, estrangeiros ou tornam-se comuns, sendo inoportuno procurar a origem e fonte de todas as dicções, pois os costumes as transformam. Faz-se necessário selecionar algumas dicções que possuam sentido e utilidade na língua portuguesa.

As dicções comuns, tema do capítulo XXXIII, caracterizam-se pela multiplicidade de usos e de utilizações das mesmas dicções em várias línguas, de tal maneira que estas incorporam em seu repertório as dicções como próprio da língua. Nesse capítulo, no trato das dicções comuns, o autor posicionou-se em relação a outras nações e a empréstimos vocálicos, considerando que eles têm implicações no valor da língua própria e salientando que

Portugal não se encontra em posição subalterna na língua, pois, assim como sua terra fez empréstimos de vocálicos, ela também construiu os seus próprios. Há, então, uma reclamação pelo reconhecimento do saber português, uma defesa da língua portuguesa:

E assim também dizem ser não somente latinas as nossas palavras e castelhanas e doutras nações nossas vizinhas, mas de Grécia e doutras gentes mais apartadas de nós e com quem nunca conversamos, dizem estes curiosos ser muitas dicções das nossas. E de tal feição se levantam contra a nossa língua e a fazem pobre e toda emprestada, que lhe não deixam nada próprio, como se não houvera homens da nossa terra antigos e nobres e sabedores. (p. 88)

Prosseguindo sua argumentação, Fernão de Oliveira indicou que a língua é unidade, ou seja, é a unidade da terra responsável pelo nome do reino, do senhor e da fraternidade entre os vassallos. A unidade lingüística refletia o desejo de unificação que movia Portugal dos Quinhentos. Finalizando o capítulo, há uma exaltação da língua própria e uma defesa do nacionalismo. Por um lado, marca a representatividade interna do português e, por outro, afirma o português como modalidade nacional autônoma, em relação ao latim e ao castelhano. Fernão de Oliveira posicionou-se em relação ao bilingüismo, apontando que respeitar a língua e a melodia da nação é o único meio de o senhor perpetuar-se no poder:

E o rei ou senhor, ainda que fosse estrangeiro e viesse de fora senhorear em alguma terra, havia de apartar sua língua e não deixar corromper com alguma outra: assim, para ele viver em paz, como também para que seu reino fique e persevere em seus filhos. Quanto, de minha parte, segundo eu entendo, eu juraria que quem folga de ouvir língua estrangeira na sua terra não é amigo de sua gente, nem conforme a música natural dela. (p. 88)

Segue-se assim, no capítulo XXXV, uma exposição sobre as dicções juntas ou compostas, fazendo referências ao latim e aos autores Garcia de Resende, João de Barros e o Mestre Baltasar. O capítulo seguinte aborda as dicções velhas que “são as que foram usadas, mas agora são esquecidas” (p. 93). Ao tratar dessas dicções, o autor fez correspondência e reflexão entre os novos e os velhos – novos e velhos costumes, novas e velhas palavras, novos e velhos homens. Assim como os homens, os costumes e as palavras envelhecem, e é necessário considerar a duração. As falas têm um tempo e uma história, estão envolvidas por conceitos, juízos, entendimentos, diversidades e necessidades, sendo imprescindível afinar a língua e a voz a um tempo e lugar:

Mas não é muito de maravilhar, diz Marco Varrão, que as vozes envelheçam e as velhas alguma hora pareçam mal porque também envelhecem os homens cujas vozes elas são. E isto é verdade que a formosa menina depois de velha não é para ver. E assim como os olhos se ofendem, vendo as figuras que a eles não contentam, assim as orelhas não consentem a música e vozes de seu tempo e costume. E mui poucas são as coisas que duram por todas ou muitas idades em um estado, quanto mais as falas, que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e pratos dos homens; e esses homens entendem, julgam e tratam por diversas vias e muitas, às vezes segundo quer a necessidade, e às vezes segundo pedem as inclinações naturais. (p. 94-95)

Das novas dicções, no capítulo XXXVII, o autor alertou para o perigo de estabelecer vocábulos de todo novos. Das dicções usadas, tema do capítulo XXXVIII, próprias do tempo e da terra, são necessárias e atuais, pois dizem respeito a todos, todos falam e são de uso habitual e harmônico. Essas dicções são denominadas gerais, correspondentes a todos, ou particulares; cada terra e cada tempo criam seus conceitos e suas condições.

Dessa maneira, existem diferenças dos vocábulos devido ao próprio uso da língua e do lugar social que esta ocupa. Fernão de Oliveira trouxe à cena a questão da permissão de deslocar vocábulos, ao remeter os vocábulos latinos à impossibilidade de adaptações pelos portugueses, considerando a relação dos homens e da língua. De acordo com o autor, as questões não são próprias da língua ou dos vocábulos, mas dos homens:

O que me espanta muito é que na língua latina, na qual, depois que os Latinos acabaram, não temos nós, que não somos Latinos, licença de pôr nem tirar, nem mudar nada, nesta língua latina, digo, vejo entre os letrados dela, assim como são diversas faculdades, haver diversos vocábulos e jeitos de falar, e, dizendo todos uma mesma coisa, não se entendem entre si. Mas os gramáticos zombam dos lógicos e os sumalistas apupam aos retóricos, e assim de todos os outros. O qual defeito não sei cujo é, ainda, porém, que não sei se lhe chamam eles defeito, mas eu julgo-o ser grande, e não da língua: será, logo, dos homens. (p. 98)

Ao colocar em evidência seu mal-estar em verificar desentendimentos entre homens de uma língua e de uma nação, Fernão de Oliveira define a função primordial da língua como elo de comunicação e entendimento entre os homens:

[...] a primeira e principal virtude da língua é ser clara e que a possam todos entender, e para ser bem entendida há-de ser a mais acostumada entre os melhores dela e os melhores da língua são os que mais leram e

viram e viveram, continuando mais entre primores sisudos e assentados, e não amigos de muita mudança. (p. 98-99)

A clareza dá acesso à comunicação e ao entendimento. Ao explicitar a virtude da língua, o autor marcou um momento importante da sua *Gramática*, apontando não somente o fundamento da língua, mas também a necessidade de haver regras para obter clareza. De acordo com o autor, os que mais leram ditam as regras e, portanto, a clareza vocálica. Nesse sentido, os letrados são os que lêem, participam das experiências sociais e sabem olhar, razão pela qual são os responsáveis pelo fazer da língua normativa.

O assunto das dicções é encerrado no capítulo XXXIX, no qual são tratadas as dicções próprias, as dicções mudadas, as dicções primeiras e as dicções tiradas. No capítulo XL, inicia-se o tema da analogia – do grego *análogos*, proporcional, semelhante –, que é pertinente, segundo Fernão de Oliveira, para mostrar que os portugueses “sabem falar e têm concerto na sua língua” (p. 102).

A analogia situa-se no lugar mesmo em que através da diferença se faz semelhante. Nomes e verbos são diferentes, mas pelos nomes é possível conhecer os verbos, assim como dos verbos conhecem-se os nomes, e de verbos e nomes diferentes em si podem-se extrair coisas e vozes semelhantes. Para abordar as diferenças e semelhanças, o autor advertiu que é necessário tratar da declinação e deixar claro o que se entende por esse conceito. A declinação é concebida como uma variação possível dos nomes e das conjugações verbais, nas quais semelhanças e diferenças apontam para a significação das coisas. A saber, a declinação se dá sempre de uma raiz vocálica, ou seja, de um princípio a partir do qual as vozes declinam. “Declinação é diversidade de vozes, tiradas de um primeiro e firme princípio, por respeito de diversos estados das coisas” (p. 102).

Ainda sobre as declinações, o capítulo XLI, das dicções derivadas, faz referência à divisão de Marco Varrão, que nomeia as declinações como naturais e voluntárias. Fernão de Oliveira abordou as regras e as leis de formação de tais declinações e da língua, preocupou-se com as derivações e diferenças entre os nomes e os verbos, reafirmando que, em todas as línguas, as diferenças, semelhanças e declinações se fazem recorrentes. Ao tratar dos usos e aprimoramentos de vozes, com o intuito de tratar da analogia lingüística, o autor utilizou-se de analogia, em moldes de escrita literária:

[...] e tudo isto não é muito fazer-se assim, porque entre os filhos de um só pai, uns são mui feios e outros parecem melhor; e parece-se um com seu pai e outro com sua mãe e outro com nenhum deles; e na lã de uma só ovelha se acha alguma boa e outra não tanto, e na de muitas juntamente se tira uma para bons panos e outra para não tão finos; e, por conseguinte,

umas terras e árvores sob uma mesma constelação dão fruto e outras não aproveitam para coisa alguma; e umas por si multiplicam, e outras regadas e curadas, depois de muito trabalho, não querem crescer ou se secam. Outro tanto é nas vozes, porque umas não forma de si nada, e outras se podem multiplicar; e algumas parecem a suas primitivas ou primeiras de onde descendem, e outras não, e outras muito, e outras menos, e algumas formações têm melhor som e música que outras e são mais usadas. (p. 106)

As analogias e as declinações são partes integrantes de todas as línguas, pois todas são formadas por costumes que devem ser respeitados e rigorosamente considerados. É justamente, nesse rigor, que Fernão de Oliveira definiu o intuito da *Gramática*. Pela primeira vez, a gramática é citada e nomeada como arte, “arte de gramática”, que deve conter, além de regras e formas, usos e costumes de uma nação. Segundo o autor, a parte da analogia é de fundamental importância para essa arte, porque é justamente na parte analógica da gramática que os costumes serão tratados, de maneira mais direta, como elo entre homens e letras. A gramática não deve ter como finalidade última impor as maneiras de falar como formas externas, mas deve, através de regras (de bons costumes) e normas, transmitir a linguagem de homens com intuito de aprimorar sua melodia e seu conhecimento:

[...] admoestando-nos que em cada língua notemos o próprio costume dela, cá esta arte de Gramática em todas as suas partes e muito mais nesta da analogia, é resguardo e anotação desse costume e uso, tomada depois que os homens souberam falar, e não lei posta que os tire da boa liberdade, quando é bem redigida e ordenada por seu saber, nem é divindade mandada do céu que nos possa de novo ensinar o que já temos e é nosso, não embargando que é mais divino quem melhor entende. E, assim, é verdade que a arte nos pode ensinar a falar melhor, ainda que não de novo: ensina aos que não sabiam e aos que sabiam ajuda. (p. 106)

O capítulo XLII trata das declinações naturais, “comum a todos”, cita regras gerais e exceções particulares, para só depois trabalhar os casos particulares de tais dicções, como artigos, nomes e verbos. Os artigos são tratados em suas diversidades de vozes, números e casos da língua portuguesa, pois não interessa ao autor defini-los uma vez que o cerne de sua gramática está nas “formas ou figuras de vozes ou dicções” (p. 109). A exposição inicia-se explicitando as nomeações atribuídas aos artigos pelos latinos e pelos portugueses seguindo-se a defesa aos usos portugueses e a necessidade de um nome próprio. Retorna-se aqui à questão da consonância melódica e da identidade da língua como marco entre homens e terra:

Aqui quero lembrar como em Portugal temos uma coisa alheia e com grande dissonância, onde menos se devia fazer, a qual é esta: que a este nome rei damos-lhe artigo castelhano, chamando-lhe el-rei. Não lhe devíamos de chamar senão *o rei*, posto que alguns, doces de orelhas, estranharão este meu parecer, se não quiserem bem olhar quanto nele vai. E com tudo isto, abasta para ser a minha melhor música que há destes, porque o nosso rei é senhor, pois tem terra e mando: tenha também nome próprio e distinto de si, e a sua gente tenha fala ou linguagem não mal misturada, mas bem apartada. Para que seja *o rei* mais nosso dizer *del-rei*, ajuda-me muito o natural da nossa língua, o qual imitam os castelhanos, quando nos querem arremedar, dizendo: manda o rei de Portugal, e não dizem *Manda el-rei de Portugal*, que a eles era mais próprio dizer, mas isto fazem cuidando que assim falam mais português, e, de feito, não se enganam. (p. 111-112)

Após exemplificar a organização e a melodia da língua através do exemplo do El-rei, Fernão de Oliveira iniciou o capítulo XLIII, sobre o artigo afirmando que

não dizemos ainda agora neste lugar nem livro que coisa é artigo, nem tampouco mostramos qual ofício tem, porque aqui não falamos senão das formas ou figuras de vozes ou dicções e para isto só abasta saber que os artigos na nossa língua diversificam ou variam a forma de sua voz em gêneros, números e casos. (p. 109)

O capítulo seguinte, dos gêneros, tem como tema os nomes e suas declinações em gênero e número. O autor, através de exemplos, discorreu sobre o tema com a intenção de compreender apenas algumas variações de gênero e número. O fato de não ser minucioso e de não fazer um tratado sobre a temática está justificado ao afirmar que “o intento desta parte da *Gramática* não é mais que dar notícias das vozes, e não definições ou determinadas declarações das coisas” (p. 114).

Esse argumento é válido também para o capítulo seguinte, XLV, sobre os nomes e os números, que corresponde ao tema das vozes dos nomes. Fernão de Oliveira trata dos nomes e seu plurais, considera suas terminações e conclui que “visto como variam nos nomes seus lugares, podemos dizer que temos dito quatro declinações, como vem a saber: a primeira, que somente acrescenta letra, e a segunda, que acrescenta sílaba; a terceira muda letra e a quarta também muda sílaba (p. 118). E, ao finalizar o capítulo, o autor novamente enaltece a língua portuguesa, revelando a sua proporção vocálica e melódica, em comparação às línguas gregas e latinas. Citando Marco Varrão, o capítulo XLVI, que trata das coisas e dos pronomes, é composto por um breve comentário sobre a declinação de

casos nas línguas latina e grega. O capítulo seguinte tem como assunto a analogia dos verbos, fazendo referência a João de Barros, preocupando-se com as diversas vozes verbais e não com a definição e explanação minuciosa sobre os verbos em si.

Sobre as conjugações, no capítulo XLVIII, Fernão de Oliveira as define como “ajuntamento de diversas vozes que, segundo boa ordem, se ordenam, seguindo-se umas atrás das outras em os verbos” (p. 122). O autor finaliza o capítulo lembrando que não há na língua portuguesa um caderno de verbos e que não cabe à sua obra, naquele momento, formulá-la. Sua obra tem como finalidade maior “apontar os princípios da *Gramática* que temos na nossa língua” (p. 123).

O penúltimo capítulo, XLIX, diz respeito à composição da língua ou “concerto que as partes ou dicções da nossa língua têm entre si, como em qualquer outra língua” (p. 123). No que tange às mudanças de gênero e número, o autor ocupa-se da questão da proporção e desproporção presentes nas línguas, fazendo uma apologia à língua permeada pela exaltação nacionalista, própria do Renascimento.

Esse capítulo encerra as articulações gramaticais e nacionais de Fernão de Oliveira. Em sua anotação, nada mais resta a dizer sobre a formação da língua e suas vicissitudes. Assim, o capítulo L, último da *Gramática*, sobre a constituição e originalidade da obra, configura-se por um posicionamento explicativo do autor sobre a constituição da sua gramática. Além de ressaltar as características e funções de um homem letrado, Fernão de Oliveira deixa transparecer seus estudos e leituras trabalhosas para a confecção de sua *Gramática*. É digno de atenção a observação que o gramático faz de seu trabalho: mostra-se consciente de que não é um tratado acabado e que há possibilidades de erros ou superficialidades. Em suas palavras,

ser eu curto em meu escrever e não ser mui ordenado com bons exemplos, e a falta de algumas coisas que devera escrever e não fiz, e a dissonância de alguns termos novos nesta arte que pus, usando vozes próprias da nossa língua, tudo ante quem não folga de dizer mal terá escusa com olhara novidade da obra, e como escrevi sem ter outro exemplo antes de mim. (p. 125-126)

Encerra-se assim, nas palavras de Fernão de Oliveira, a sua primeira obra, início de um percurso no mundo escrito que terá desdobramentos em solo português através também de obras posteriores. A escrita gramatical de 1536 é a primeira descrição articulada sobre a melodia e identidade da língua entendida como um sistema de possibilidades que constrói suas regularidades a partir do contato e do desenvolvimento cultural. Suas superficialidades e

equivocos quanto à etimologia,<sup>7</sup> não diminuem a grandeza de sua obra. O autor confessou-se ciente de algumas debilidades de sua *Gramática*, da necessidade de aprofundamento de alguns temas, mas, ao mesmo tempo, esclareceu que tal não ocorreu porque havia uma previsão de uma obra maior, que acabou não sendo escrita.

A escrita ensaística de Fernão de Oliveira já é em si uma novidade e uma abertura para a reflexão lingüística de seu tempo. O autor escreveu sem ter em língua portuguesa nenhum exemplo que o antecedesse e das mãos de Germão Galharde saiu dos prelos o texto inaugural do período moderno. Em meio à Renascença, a obra de Fernão de Oliveira, a primeira de cunho lingüístico sobre o falar português, configura-se como o estudo pioneiro sobre a língua enraizada à cultura e ao *modus vivendi* da nação portuguesa. Para além de regras do bem falar, o primeiro gramático da linguagem portuguesa fez um registro e uma aclamação da língua, corroborando com o momento de construção e consolidação da identidade nacional portuguesa. Sua obra gramatical pode ser considerada um documento histórico de rica importância para o estudo da sociedade portuguesa dos Quinhentos, uma vez que nela o autor conseguiu com grande competência cumprir o seu objetivo de fazer memória do povo português e de Portugal, através da língua, compreendida nas teias da tradição e da ruptura.

#### REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luís de. *Dicionário dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994. v. I e II.

BARRETO, Luís Filipe. *Descobrimientos e renascimento: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1983.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Portugal: Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.

\_\_\_\_\_. *Historiografia da Língua Portuguesa: século XVI*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1984.

COSERIU, Eugenio. Apreciação global. In: OLIVEIRA, Fernão. *A gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Organização de Amadeus

7 Os equivocos quanto à etimologia podem ser ilustrados no capítulo XXXI, no qual Fernão de Oliveira afirmou: "Ora, pois, se, como adivinhando, dissermos que homem se chama porque é o meio de todas as coisas, ou porque está no meio do mal e do bem; e se dissermos que mulher se chama porque é mole; e velho porque viu muito; e antigo porque foi antes de agora; e tempo porque tempera as coisas [...]" (p. 83).

- Torres e Carlos Assunção, com estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2000, p. 29-60.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.
- DOMINGOS, Tânia Regina Eduardo. *Pronomes de tratamento do português do século XVI: uma gramática de uso*. São Paulo: Annablume; Rondônia: Unir, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- NAVARRO, Eduardo de Almeida. O ensino da gramática latina, grega e hebraica no Colégio das Artes de Coimbra no tempo de Anchieta. In: *Anais do Congresso Internacional Anchieta em Coimbra: Colégio das Artes da Universidade (1548-1998)*.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura atualizada e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.
- \_\_\_\_\_. *A gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Organização de Amadeus Torres e Carlos Assunção, com estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2000.
- PASSOS, Teresa Ferrer. *Fernão de Oliveira: 1º gramático de Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições Gazeta de Poesias, 1994.
- PINTO, Américo Cortez. *Da famosa arte da imprimeira: da imprensa em Portugal às cruzadas d'além-mar*. Lisboa: Ulisseia Ilimitada, 1948.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- TORRES, Amadeu; ASSUNÇÃO, Carlos. Abordagem pontual e situacional. In: OLIVEIRA, Fernão. *A gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática. Organização de Amadeus Torres e Carlos Assunção, com estudo introdutório de Eugenio Coseriu. Lisboa: Academia de Ciências de Lisboa, 2000, p. 5-26.
- VERDELHO, Telmo. Gramaticografia do renascimento. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995. p. 55-88.
- \_\_\_\_\_. O século áureo da gramaticografia portuguesa. *As origens da gramaticografia e da lexicografia latino-portuguesas*. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995. p. 89-102.